

# Um Olhar para a Acessibilidade na Produção de Recursos Didáticos no Ensino de Espanhol

Maristela Santos de Oliveira<sup>1</sup>

Claudete da Silva Lima Martins<sup>2</sup>

## Resumo

Este trabalho apresenta uma pesquisa desenvolvida no curso de licenciatura em Línguas Adicionais: Inglês e Espanhol e Respectivas Literaturas, oferecido pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) - Campus Bagé. Devido a carência de recursos didáticos acessíveis para o ensino de línguas, esta pesquisa de campo de caráter exploratório teve como objetivo investigar se ocorre a produção de recursos didáticos acessíveis para o ensino de espanhol em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental de Bagé-RS. Para chegar aos resultados, o trabalho dispôs como sujeitos da pesquisa duas professoras de língua espanhola, bem como a professora responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) da escola em foco. Os instrumentos utilizados para coletar os dados compõe-se de entrevistas semiestruturadas que foram gravadas e transcritas. A análise dos dados coletados decorreu com base na análise do conteúdo (BARDÍN, 2016). Esta pesquisa foi realizada de março a novembro de 2018. Com este trabalho, conclui-se que os professores de espanhol da escola em questão utilizam recursos didáticos acessíveis em suas aulas. Sendo estes recursos produzidos por eles ou pelo professor responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE).

**Palavras-chave:** Educação inclusiva. Recursos didáticos acessíveis. Ensino de espanhol.

## Resumen

Este trabajo presenta una investigación desarrollada en el curso de graduación en Lenguas Adicionales: Inglés, Español y sus Respectivas Literaturas, ofrecido por la Universidad Federal do Pampa (UNIPAMPA) - Campus Bagé. Debido a la carencia de recursos didáticos accesibles para la enseñanza de lenguas, esta investigación de campo de carácter exploratorio tuvo como objetivo investigar si ocurre la producción de recursos didáticos accesibles para la enseñanza de español en una Escuela Municipal de Enseñanza Fundamental de Bagé-RS. Para llegar a los resultados, el trabajo dispuso como sujetos de la investigación dos profesoras de lengua española, así como la profesora responsable del Atendimento Educativo Especializado (AEE) de la escuela en foco. Los instrumentos utilizados para recoger los datos se componen de entrevistas semiestruturadas que fueron grabadas y transcritas. El análisis de los datos recolectados se basó en el análisis del contenido (BARDIN, 2016). Esta investigación se realizó de marzo a noviembre de 2018. Con este trabajo, se concluye que los profesores de

---

<sup>1</sup> Discente – Campus Bagé – Universidade Federal do Pampa. E-mail: maristelasantosoliveira9@gmail.com.

<sup>2</sup> Profª Drª – Campus Bagé – Universidade Federal do Pampa. E-mail: claudeteslm@gmail.com.

español de la escuela en cuestión utilizan recursos didácticos accesibles en sus clases. Siendo estos recursos producidos por ellos o por el profesor responsable por el Atendimiento Educativo Especializado (AEE).

**Palabras clave:** Educación inclusiva. Recursos didácticos accesibles. Enseñanza de español.

## 1 INTRODUÇÃO

Antigamente, quando havia referências ou menções a pessoas com algum tipo de deficiência em nossa sociedade, podia-se verificar um pensamento de marginalização e exclusão das mesmas, devido às diferenças físicas e/ou cognitivas/intelectuais. Atualmente, percebe-se que a Educação Especial, na perspectiva inclusiva, possui mais visibilidade - há, por exemplo, espaços para essa discussão nas escolas, visando pensar em alternativas para que pessoas, com qualquer tipo de deficiência, tenham consciência de seus direitos ao que se refere à inclusão e a um ensino que atenda, de fato, suas necessidades. Segundo Lima (2016, p.09), “A inclusão é uma ação difícil que exige o auxílio de profissionais de diversas áreas, com objetivo de desenvolver processos de ensino-aprendizagem capazes de direcionar práticas pedagógicas que possam acolher a todos os alunos de forma igual.”

Quando se trata de Educação Especial os procedimentos diferem, é necessário entender como a temática era tratada antigamente para comparar com o contexto atual e observar as medidas que foram tomadas e o que ainda se deve melhorar. De acordo com (LIMA, 2016, p.11 *apud* FERNANDES, 2007):

Para falar de educação inclusiva no contexto em questão, é preciso antes conhecer um pouco do percurso histórico da educação especial, seu percurso de exclusão. Com base nos escritos de Fernandes (2007) , na antiguidade, até o século XVI a sociedade não se preocupava com a educação daquelas pessoas que eram consideradas “anormais/diferentes”. Marcadas primeiramente pela exclusão, essas pessoas eram consideradas sub-humanas, sem nenhum tipo de tratamento.

O questionamento desta pesquisa consiste em investigar se os professores de espanhol produzem recursos didáticos acessíveis e, se caso produzem, descobrir quais são os procedimentos adotados pelos mesmos, pois ainda que hajam avanços legislativos na área da Educação Inclusiva, há algumas barreiras que necessitam ser superadas. Por esse motivo, esta pesquisa tem como objetivo principal verificar se os professores produzem recursos didáticos acessíveis para as aulas de espanhol. De acordo com Leffa (2007, p. 17) o material a ser

produzido deve oferecer ao aluno a ajuda que ele precisa no grau exato de seu adiantamento e de suas necessidades, preenchendo possíveis lacunas.

Desta forma, os objetivos específicos do presente pesquisa são os seguintes:

- Identificar quais recursos são utilizados pelos professores para o ensino de espanhol nos anos finais do ensino fundamental;
- Verificar se dentre os recursos utilizados pelos professores existem recursos acessíveis;
- Conhecer a origem dos recursos que o professor utiliza (adquiridos ou produzidos).

A escolha do tema se deu pelo fato de que a autora, em suas práticas de formação inicial, não tinha conhecimento teórico e prático sobre como trabalhar com alunos com deficiência. A autora ainda não havia cursado o componente curricular denominado *Educação Inclusiva* em sua primeira prática pedagógica de estágio, fato este que motivou a busca por práticas pedagógicas inclusivas e produção de recursos didáticos.

Por conseguinte, este trabalho foi pensado com intuito de investigar e responder os seguintes questionamentos: “será que os professores de espanhol produzem recursos didáticos acessíveis?”; “se sim, quais são os recursos que os professores de espanhol produzem?”; “e se não produzem, será que utilizam recursos didáticos acessíveis?”; “quais recursos didáticos são utilizados pelos professores de espanhol?”.

A seguir serão apresentados alguns conceitos gerais e revisão de literatura a respeito de artigos relacionados aos assuntos: Educação na perspectiva inclusiva; Produção de Recursos Didáticos e Ensino de Línguas. Após isso, será apresentada a metodologia da pesquisa, o referencial teórico, os resultados obtidos e as considerações finais.

## **2 CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA**

O desenvolvimento do trabalho é composto pela revisão de literatura e referencial teórico, onde se discutirá alguns dos artigos disponíveis que contribuem para as discussões sobre o Ensino de Espanhol, Educação Inclusiva e Recursos Didáticos.

### **2.1 Revisão de literatura**

O primeiro procedimento desta pesquisa foi identificar o que dizem autores acerca da Educação Inclusiva, Ensino do Espanhol e Materiais Didáticos Acessíveis. Para realizar a busca por artigos científicos, teses e dissertações foram utilizadas a plataforma disponível online *Google Acadêmico, Scielo e Banco de Teses e Dissertações da Capes*, fazendo uso dos descritores: Desenho Universal da Aprendizagem; Educação Inclusiva; Materiais didáticos acessíveis; Ensino de Inglês e Ensino de Espanhol.

Ao total, obteve-se como resultado, aproximadamente, 18.000 artigos científicos, que após utilizar o filtro no sentido de visualizar somente artigos publicados a partir de 2014 (com o objetivo de atingir pesquisas recentes), reduziu-se para um total de 7.430 artigos sobre o Recursos Didáticos Acessíveis no Ensino de Línguas. Para compor a revisão da literatura, foram elegidos 5 artigos pela autora, após utilizar alguns descritores para filtrar a quantidade de artigos relacionados às temáticas, dentre os resultados os artigos escolhidos eram os que mais aproximavam-se da pesquisa que desejava-se desenvolver.

Os artigos utilizados foram aqueles de que se trata o tópico sobre o ensino de inglês ou de espanhol e que abordam a temática da produção de recursos didáticos acessíveis para alunos com deficiência, tanto nas aulas de inglês como nas aulas de espanhol, já que essa será a futura área de atuação da autora. Optou-se por eleger artigos acerca dos marcos históricos da Educação Inclusiva.

A seguir estão os resumos acerca dos artigos selecionados, sintetizando os principais pontos de cada um deles.

Na dissertação de Mestrado, intitulada *A Música como Metodologia no Ensino da Língua Espanhola para Deficientes Visuais em Açailândia – MA*, Rego (2016), trata sobre o propósito de oferecer aulas de espanhol, adaptado em código Braille, em formato de curso para alunos com deficiência visual, de baixa visão. Também contava com videntes que acompanhavam os alunos com deficiência. Nessa pesquisa optou-se por utilizar não somente recursos táteis-cinestésicos como também recursos auditivos. Dessa forma a autora utilizou a música como um recurso metodológico para ensino e aprendizagem da língua estrangeira para cegos. Esse trabalho contribui para o tema de pesquisa da autora, tendo em vista que expõe métodos de ensino de espanhol para alunos cegos.

Ao longo do artigo a autora descreve e retrata os materiais que foram empregues nas aulas de espanhol, acompanhados de comentários acerca da aplicação dos recursos. Houve

atividades sobre leitura e tradução de música, com o intuito de promover a interpretação da mesma; atividades manuais, como aprendizagem do nome das frutas em espanhol, as quais os alunos deveriam manusear e identificar em português, discutir com os colegas e posteriormente aprender os nomes em espanhol, tanto a pronúncia quanto a representação em Braille. Houve um momento interessante de interação entre os alunos cegos e os alunos videntes quando estudaram o corpo humano. Uma representação do corpo humano foi impressa em alto-relevo e os alunos cegos recebiam ajuda dos videntes para identificar as partes em português e posteriormente em espanhol, bem como os alunos videntes necessitavam da ajuda dos alunos cegos para identificar os nomes em braille. Os alunos estudaram diversos conteúdos, as atividades que envolviam músicas, textos ou diálogos eram impressas em braille ou ampliados, porque também havia alunos com baixa visão. É importante frisar que os materiais eram entregues aos alunos com antecedência. Durante as aulas foi utilizado o Método Direto<sup>3</sup>, pois um dos princípios deste método defende um ambiente monolinguístico, tentando aproximar os alunos a uma situação de imersão.

Ferreira e Tonelli (2016), apresentam no artigo científico denominado *Elaboração de Sequência Didática para Ensino de Inglês a uma criança com Necessidades Educacionais Especiais*, uma análise da produção de uma sequência didática e de sua aplicação. A sequência foi construída com o propósito de ensinar a língua inglesa a um aluno com autismo, utilizando o gênero textual história infantil. A sequência didática foi produzida com a finalidade de proporcionar ao aluno com autismo a integração no ambiente escolar. Esse trabalho agrega no desenvolvimento da pesquisa, porque aborda sobre a produção de uma sequência didática para ensino de Inglês de um aluno com autismo. Atividades em grupo, colar desenhos em ordem conforme a história lida em sala de aula. Através dessa atividade o professor observou que o aluno tinha noção da ordem em que ocorreram os fatos na história, porém não tinha conhecimento dos elementos estruturais começo, meio e fim, presentes em histórias. Uma estratégia utilizada pelas pesquisadoras foi familiarizar o aluno com as histórias do livro *The Very Hungry Caterpillar*, trabalhado em aula. As atividades promoviam as colagens, e eram sempre acompanhadas de imagens que permitiam ao aluno associar o que

---

<sup>3</sup> Os métodos surgem, em sua maioria, como forma de suprimir as “falhas” do que estava em vigência, mediante demandas da sociedade em um contexto histórico-educacional específico. O método direto não foge à essa ideia, ao tentar inovar, trazendo a centralidade das suas práticas para o desenvolvimento da oralidade, no ápice do desenvolvimento da nova ciência, a fonética. (GOMES, 2016 p. 114)

aprendia às imagens. A sequência didática foi aplicada com o objetivo de fixar características essenciais do gênero História Infantil. No final da aplicação da sequência didática foi possível observar um avanço do aluno nas atividades em que ele apresentava baixo rendimento. Geralmente antes de solicitar alguma atividade, alguma história infantil na língua inglesa era trabalhada, e o professor focava em algum vocabulário específico para atividade. Este artigo também apresenta metodologias de ensino de língua inglesa, através de uma história infantil, buscando desta forma incluir o aluno.

Silva (2010) na monografia intitulada *A Prática Pedagógica de um professor de espanhol para alunos com Necessidades Educacionais Especiais em uma escola de Pires do Rio – GO*, apresenta uma pesquisa de caráter qualitativo, trazendo uma discussão acerca da prática pedagógica do professor de espanhol, em relação a alunos deficiência. Para isso foi realizado um estudo na área da educação inclusiva, com o objetivo de pensar em práticas pedagógicas que contribuam na formação dos professores para com os alunos, visando obtenção de um suporte maior por parte de instituições educacionais e políticas públicas. Esse trabalho contribui no que se refere aos estudos acerca de políticas públicas, para inclusão de alunos com deficiência. O trabalho não apresenta métodos pedagógicos, porém incentiva o estudo visando o conhecimento e planejamento de práticas pedagógicas acessíveis.

Vilar (2017) na dissertação de mestrado denominada, *Inclusão de uma aluna com Trissomia 21 na sala de aula de Inglês do 1º Ciclo do Ensino Básico*, trata acerca de um estudo de caso realizada em uma sala de aula do ensino básico, analisando o processo de inclusão de uma aluna com Trissomia 21. Houve realização de entrevistas em forma de questionários com alunos e professores, para ter conhecimento geral sobre como os alunos e professores se sentiam na presença de uma aluna com deficiência. Em geral, as respostas às questões feitas do questionário foram positivas, pois a maioria dos alunos respondeu que não se incomodava em relação a ter uma aluna com trissomia 21<sup>4</sup>, segundo eles ela tinha perfeitas condições de aprender inglês e desenvolver atividades na sala de aula. A aluna apresenta limitações intelectuais, nas extremidades superiores não conseguindo manusear adequadamente um lápis, além disso ela não consegue permanecer sentada durante muito tempo e perde atenção com facilidade. Quando questionados sobre como ajudavam a colega, a

---

<sup>4</sup> A trissomia 21 ou a Síndrome de Down é uma aneuploidia, ou seja, é uma alteração causada pela existência de três cromossomas 21 (onde normalmente existem apenas dois).

maioria dos alunos responderam que ajudam com frequência, através de repetição de palavras, gestos, evitar que a colega faça barulho, alguns deles não sabem em que medida ajudam e outros não souberam responder. Foi solicitado um desenho para os alunos que realizaram a entrevista, representando como eles trabalhavam com Maria, pois para Santos (2013), para as crianças é mais fácil expressar-se através de desenhos do que por palavras. Este trabalho contribui no que diz respeito ao ensino de Inglês, descrevendo a integração de uma aluna com trissomia 21 na sala de aula de línguas.

Por último Uta, Andrade, Silva, Sameshima, Lins (2013) com o artigo intitulado, *Recurso Pedagógico Adaptado: parceria entre professor, tutor, coordenador e estagiários de pedagogia*, os autores produziram materiais didáticos adaptados para incluir os alunos com deficiência. Foi um trabalho realizado com uma coordenadora de pedagogia, professores do ensino regular e professores responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado, lhes foi solicitado, por professores da sala de aula comum, a produção de materiais didáticos acessíveis. As deficiências dos alunos não foram explicitadas no artigo. Porém foram estabelecidos critérios para a produção de materiais didáticos acessíveis. Os critérios estabelecidos foram: entender a situação do aluno, gerar ideias, escolher uma alternativa viável, representar a ideia, construir o objeto para experimentação, avaliar o uso do objeto, e por fim verificar. Os recursos produzidos de acordo com as singularidades e habilidades de cada aluno, pois as ideias de recurso didático foram elaboradas por diversos materiais, de forma explícita, medida, peso, textura e cor de acordo com as características dos alunos. O trabalho agrega a esta pesquisa, pois explicita diversos recursos pedagógicos acessíveis. Ainda que os recursos não sejam utilizados para o ensino de línguas, contribui no que se refere a produção de materiais didáticos acessíveis para o ensino de espanhol, objetivo desta pesquisa, pois apresentando alternativas de materiais que podem ser recriados para o ensino de espanhol, por exemplo.

### **2.1.1 Discutindo sobre Educação Inclusiva**

Para iniciar a discussão sobre Educação Inclusiva, é de extrema importância estar ciente da diferença dos termos Inclusão e Integração. Para Mantoan (1997, p.8) a Integração define-se da seguinte forma:

[...] integração escolar,[...], é uma forma condicional de inserção em que vai depender do aluno, ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação às opções do sistema escolar, a sua integração, seja em uma sala regular, uma classe especial, ou mesmo em instituições especializadas. Trata-se de uma alternativa em que tudo se mantém, nada se questiona do esquema em vigor.

O conceito de Integração refere-se ao fato de que o aluno com deficiência deve adaptar-se à escola e suas condições. Enquanto a Inclusão engloba uma ideia ampla de que a Educação é para Todos, logo a escola deve adaptar-se aos alunos que possa promover a Inclusão dos mesmos. Segundo o documento (BRASIL, 1987, p.17-18):

[...] as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados.

De acordo com Alencar, Alves, Silva, Santos e Castro (2016, p.3), “Entende-se por Educação Inclusiva à participação de todos os alunos, independentemente de suas “diferenças”, “deficiências” ou “especificidades”, em escolas de Ensino Regular”. É dever da escola promover um espaço constituído por um público diverso, visando não somente a socialização, mas também o aprendizado de qualidade que é direito de todos os alunos. Um fato relevante é que a escola não consegue atender a todos os alunos com deficiência, em parte pela falta de referencial teórico e de uma abordagem de ensino.

Segundo o art. 205 da Constituição Federal de 1988, a Educação é um direito de toda a criança, jovem ou adulto, sendo pessoa com deficiência ou pessoa sem deficiência.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL,1988)

A Constituição Federal de 1988 consiste em promover a educação como um direito de todos, sendo dever do estado e da família, promovida e incentivada através do apoio da sociedade em geral, visando o desenvolvimento pessoal, preparação para o exercício cidadão e qualificação para o mercado de trabalho. A Constituição apresenta um objetivo semelhante à lei 9.394/96, defendendo o acesso à educação, por parte do aluno com deficiência, seu desenvolvimento particular, preparação para atividade cidadão e qualificação.

Além disso, a constituição defende a “igualdade de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988, Art.206) e aponta o estado como responsável pela oferta do Atendimento



Educacional Especializado na rede regular de ensino (BRASIL, 1988, Art. 208). A igualdade como aponta a Constituição, refere-se à não discriminação de pessoas com deficiência, já que todos são iguais cada um com suas individualidades - individualidades que devem ser atendidas pelo professor do ensino regular, que também pode contar com a orientação do professor responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O direito a Educação é também previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996, Art.02, p. 07) definindo a educação como um dever da família e Estado, que auxilia no desenvolvimento, preparo e qualificação de um indivíduo. O capítulo IV presente no Estatuto da Pessoa com Deficiência, denominado Capítulo IV do direito à educação (art. 40, p. 09), garante que a educação é um direito imprescindível à pessoa com deficiência:

É um direito fundamental da pessoa com deficiência à educação, a fim de garantir que a mesma atinja e mantenha o nível adequado de aprendizagem, de acordo com suas características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem.  
*Parágrafo Único.* É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar a educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão escolar.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional da Educação Especial (BRASIL, 1996, Art. nº 58) entende-se que a educação é oferecida na rede regular de ensino, preferencialmente para educandos portadores de necessidades especiais. A lei defende que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial” (BRASIL, 1996, Art. 58. § 1). Assegurando a estes alunos “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996, Art. 59. I). Portanto, o aluno com deficiência possui o direito à educação de qualidade, com recursos e estratégias que atendam a suas habilidades e lide com suas limitações.

Atualmente questões relacionadas à Educação Inclusiva têm sido discutidas com frequência, conquistando desta forma espaços para pensar sobre a temática. No entanto, nem sempre foi desta maneira. É possível observar através de alguns marcos históricos da Educação Inclusiva a necessidade da criação de políticas públicas inclusivas, de responsabilidade de governos e sistemas escolares. Visando não somente a inclusão, bem

como o acesso à educação de qualidade, exigindo uma adaptação do currículo que atendesse às necessidades de todos. Nas palavras de Glat (2007, p.15):

A política de Educação Inclusiva diz respeito à responsabilidade dos governos e dos sistemas escolares de cada país com a qualificação de todas as crianças e jovens no que se refere aos conteúdos, conceitos, valores e experiências materializados no processo de ensino aprendizagem escolar, tendo como pressuposto o reconhecimento das diferenças individuais de qualquer origem.

As discussões acerca da educação inclusiva ganharam visibilidade e espaço em proporções globais após ser promulgada a Declaração de Salamanca (UNESCO,1994). Esta declaração defende que pessoas com deficiência devem ter acesso à educação no Ensino Regular, exigindo das instituições uma adaptação para atender a demanda de alunos. A Declaração de Salamanca influenciou na criação de políticas públicas inclusivas. Esta declaração exigiu uma reformulação conceitual e organizacional no sistema de ensino, pois:

As crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar”, pois, “constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos. (SALAMANCA, 1994, p. 8-9).

A Política Nacional de Educação Especial divulgada em 1994, visa orientar o processo de “integração instrucional”. Esta política defende o acesso à educação aqueles que eram capazes de acompanhar e desenvolver atividades curriculares previstas no ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos considerados normais. Em relação aos alunos considerados anormais, a política em questão considerava que a responsabilidade de alfabetização dos mesmos pertencia somente a educação especial. Pode-se considerar como uma política não efetiva, podendo contribuir com a exclusão de alunos com algum tipo de deficiência, alegando que estes alunos que não acompanham as atividades junto aos demais.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva garante a inclusão escolar dos alunos com deficiência, transtornos e altas habilidades/superdotação, incentivando os sistemas de ensino a proporcionar: o acesso destes alunos ao ensino regular assegurando a oferta de educação especial com início na educação infantil até o ensino superior, direito ao atendimento educacional especializado, capacitação no que se refere a inclusão, de profissionais do atendimento educacional especializado e também da educação, permitir o acompanhamento da família e comunidade, promover a acessibilidade estrutural e implementação de tais políticas públicas (BRASIL,2008, Inciso IV).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2013, Art. 01, p.02) foi estabelecido de acordo com os Direitos da Pessoa com Deficiência, da ONU e o Protocolo Facultativo, ratificados na forma do § 3º, artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), destinado a estabelecer as diretrizes e normas gerais, bem como os critérios básicos para assegurar, promover e proteger o exercício pleno e em condições de igualdade de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania plena e efetiva. O Estatuto é uma ferramenta de cidadania para concretização de direitos. Nele estão previstos os direitos humanos imprescindíveis da pessoa com deficiência enquanto indivíduo, pertencente à uma sociedade que deve tratá-lo como igual independente de suas necessidades.

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2013, Art. 2) “as pessoas consideradas com deficiência são aquelas que possuem dificuldades, seja de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, todas a longo prazo. Impedindo a participação plena e efetiva na sociedade”. As pessoas com deficiência caracterizam-se como indivíduos que possuem algum impedimento, seja ele físico ou cognitivo, que não têm cura.

O Decreto nº 6571/2008 (BRASIL, 2008) previa que os sistemas públicos de ensino fossem inclusivos, estipulando o Atendimento Educacional Especializado como uma prática complementar ou suplementar à escolarização e Educação Especial. Já o Decreto nº 7.611(BRASIL, 2011) , de 17 de novembro de 2011, dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Foi prescrito por meio do presente Decreto a “garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais (art.1º IV). O decreto faz menção ao público-alvo do Atendimento Educacional Especializado, presente no artigo (art. 1º, § 1º) “Para fins deste Decreto, considera-se público-alvo da educação especial às pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação”.

O artigo 4º presente no Decreto afirma que o Atendimento Educacional Especializado poderá apoiar acrescentando na aprendizagem do público-alvo, “O Poder Público estimulará o acesso ao atendimento educacional especializado de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, assegurando a dupla matrícula nos termos do art. 9-A do Decreto nº 6. 253, de 13 de novembro de 2007”. O Atendimento Educacional Especializado é um serviço que serve

como um complemento, a fim de suprir as necessidades do aluno com deficiência ou com algum tipo de transtorno. Neste setor escolar, questões pedagógicas distintas das utilizadas em escolas comuns são discutidas, com o objetivo de atender necessidades específicas de alunos com deficiência.

O professor responsável pelo Atendimento Educacional Especializado possui uma série de atribuições para com o seu público-alvo. Segundo Rossetto (2015, p. 106 *apud* BRASIL, 2009, p.3) as atribuições do professor do AEE são as seguintes:

- I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VI – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Portanto, percebe-se que o professor responsável pelo AEE deve traçar um perfil do aluno de acordo com suas habilidades e dificuldades, bem como estabelecer horários de atendimento e acompanhamento, além de organizar recursos e estratégias de acessibilidade, avaliando o resultado dessas medidas incentivar a família e professores a utilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, bem como os recursos de tecnologia assistiva. O professor do AEE, serve como um profissional de apoio que auxilia o professor da sala de aula comum, para que este possibilite ao aluno com deficiência uma ampliação de sua participação na sala de aula.

O AEE não deve ser visto como um local para desenvolver conteúdos, como por exemplo a Língua Portuguesa, sequer como um espaço para socialização. O principal objetivo do AEE é promover o ensino de códigos e linguagens que contribuam para a comunicação e sinalização, melhoramento do desenvolvimento escolar, ajuda em questões técnicas e relacionadas a tecnologias assistivas. O atendimento deve estar planejado de acordo com proposta pedagógica da sala de aula comum.

Com o objetivo de contribuir para o acesso de alunos com deficiência, ao currículo na escola regular e nortear a organização dos sistemas de Educação Inclusiva, o Conselho

Nacional de Educação – CNE publicou a Resolução CNE/CEB, 04/2009, que instituiu as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Este órgão propôs um serviço da Educação Especial que organiza os recursos pedagógicos e de acessibilidade para a efetiva participação dos alunos com necessidades especiais de forma articulada com a escola regular, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum. (BRASIL, 2011). Esse instrumento de apoio à inclusão nas escolas de ensino regular deve ser utilizado em salas com materiais didáticos apropriados juntamente com profissionais que possuam formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais, a fim de oferecer o apoio necessário à estes alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento (BRASIL, 2010).

A parceria entre o professor do ensino regular, o professor responsável pelo AEE, demais profissionais da escola e a família do aluno, são de extrema importância para a produção dos materiais didáticos acessíveis. O professor do ensino regular poderá contribuir com o conhecimento que tem do aluno em sala de aula, o que lhe chama atenção, quais são as suas principais dificuldades. Já o professor responsável pelo AEE contribuirá orientando como deve ocorrer o ensino do aluno com determinada deficiência, sendo ela motora ou cognitiva. Nestes casos, a família pode e deve contribuir com relatos sobre o comportamento do aluno, seu diagnóstico. A Educação Inclusiva é um processo que não depende somente do professor do ensino regular ou do professor do AEE. Ambos, com seus saberes, podem trabalhar de forma colaborativa na produção dos recursos didáticos acessíveis.

### **2.1.2 A produção de Recursos Didáticos**

Segundo Cerqueira e Ferreira (2000, p.1), recursos didáticos são todos os recursos físicos, utilizados com maior ou menor frequência em todas as disciplinas, áreas de estudo ou atividades, sejam quais forem as técnicas ou métodos empregados, visando auxiliar o educando a realizar sua aprendizagem mais eficientemente, constituindo-se num meio para facilitar, incentivar ou possibilitar o processo ensino-aprendizagem.

De acordo com Cerqueira e Ferreira (2000, p. 1-2), existem em geral quatro classificações que se referem a recursos didáticos. Os recursos podem ser divididos em categorias da seguinte forma:

**Naturais:** elementos de existência real na natureza, como água, pedra, animais.

**Pedagógicos:** quadro, flanelógrafo, cartaz, gravura, álbum seriado, slide, maquete.

**Tecnológicos:** rádio, toca-discos, gravador, televisão, videocassete, computador, ensino programado, laboratório de línguas.

**Culturais:** biblioteca pública, museu, exposições.

Para Souza (2007), o material a ser utilizado deve proporcionar ao aluno o estímulo à pesquisa e a busca de novos conhecimentos. A possibilidade do uso de materiais concretos no ensino regular deve fazer o aluno adquirir autonomia e também a incentivar uma cultura investigativa o que o preparará para enfrentar o mundo com ações práticas sabendo ser sujeito ativo na sociedade.

Para mediar o manuseio dos recursos o professor deve ter o domínio do conteúdo que deseja ensinar. Ademais, o professor deve ter em mente, com clareza, os objetivos que pretende-se alcançar ao utilizar determinado recurso didático. O docente necessita de formação e competência para utilizar recursos didáticos que estejam ao seu alcance. Em relação a confecção de materiais, a criatividade é indispensável. Nas palavras de Paiva (2009, p. 53), o professor tem a opção para produzir o próprio material em meio a diversos materiais finalizados: “Apesar da imensa quantidade de materiais e de todos os recursos gratuitos na web, espera-se que o professor seja capaz de adaptar e complementar o livro adotado, e, até mesmo, de produzir material didático para seu contexto específico”.

A elaboração de materiais, em geral, ou no ensino de línguas, pode ser comparada a um ciclo, já que a produção de recursos envolve mais do que simplesmente criar um material e utilizá-lo. Existem etapas na elaboração de um recurso didático, dado que antes de produzi-lo, critérios para análise e desenvolvimento devem ser criados, além de definir o que e como será avaliado. Quando o recurso estiver finalizado é preciso aplicá-lo em sala de aula fazendo observações sobre como irá suceder essa aplicação. Ainda que um recurso didático

não tenha alcançado os objetivos esperados, é sempre possível analisar, reformular e melhorá-lo. Nas palavras de Leffa (2007, p.15):

A produção de materiais de ensino é uma sequência de atividades que tem por objetivo criar um instrumento de aprendizagem. Essa sequência de atividades pode ser descrita de várias maneiras, envolvendo um número maior ou menor de etapas. Minimamente, deve envolver pelo menos quatro momentos: (1) análise, (2) desenvolvimento, (3) implementação e (4) avaliação. Idealmente essas quatro etapas devem formar um ciclo recursivo, onde a avaliação leve a uma nova análise, reiniciando um novo ciclo.

Na análise, que consiste na primeira etapa, o professor deve verificar o nível linguístico dos alunos em sala de aula e suas dificuldades no que se refere a aprendizagem. O desenvolvimento, segunda etapa do ciclo recursivo, consiste no estabelecimento de objetivos que permita ao professor melhor avaliar o aluno, deixando claro para este aluno o que será avaliado e com base no que serão elaborados os critérios de avaliação. A implementação é a etapa na qual é permitido ao aluno contar com o professor para realizar a tarefa com determinado recurso ou quando dá ao aluno autonomia para realizar sozinho o manuseio de determinado recurso. No segundo caso, o professor deve deixar claras as suas intenções quanto ao uso daquele recurso e o que se pretende alcançar utilizando-o. A última etapa é a avaliação, que pode ocorrer de maneira informal quando o professor reformula alguma atividade que tenha produzido ou utilizado para trabalhar com outros alunos, podendo ocorrer de acordo com as percepções dos alunos que realizaram a atividade. A maneira informal de avaliação é a mais utilizada.

Nas palavras de Santos (2015, p. 08), “Como vemos, as propostas de ensino-aprendizagem de línguas, de formação docente no que se refere ao papel do professor, e as de materiais didáticos se entrecruzam, ou se influenciam mutuamente”.

A produção de recursos didáticos para o ensino de línguas permitirá que o professor defina os objetivos que pretende alcançar, planeje os materiais que irão promover a aprendizagem de seus alunos, crie os materiais que deseja aplicar e ainda reflita sobre o processo de aplicação e possíveis mudanças no recurso. Ademais de monitorar o ensino-aprendizagem da língua, o professor vai adquirindo experiência e se tornando autor e pesquisador.

Em relação à produção e aplicação de materiais didáticos acessíveis, é importante ressaltar o conceito de Tecnologia Assistiva. O conceito de Tecnologia Assistiva refere-se a um conjunto de recursos e ferramentas (talheres, canetas, computadores etc.) utilizadas para facilitar e promover o desempenho de alunos com deficiência nas tarefas escolares. É um auxílio que permite ao aluno ampliar alguma habilidade funcional afetada por sua deficiência, promovendo participação e realização de tarefas em aula. Nas palavras de Bersch & Tonolli (2006, s.p.):

Tecnologia Assistiva - TA é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão.

O Comitê de Ajudas Técnicas - CAT (BRASIL - SDHPR, 2012, s.p.), foi criado com o intuito de contribuir com de estruturar diretrizes referentes à Tecnologia Assistiva, como podemos observar no excerto abaixo:

Em 16 de novembro de 2006, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH/PR, através da portaria nº 142, instituiu o Comitê de Ajudas Técnicas - CAT, que reuniu um grupo de especialistas brasileiros e representantes de órgãos governamentais, em uma agenda de trabalho. O CAT foi instituído como objetivos principais de: apresentar propostas de políticas governamentais e parcerias entre a sociedade civil e órgãos públicos referentes à área de tecnologia assistiva.

Além de estabelecer diretrizes, o CAT tem visa alcançar os seguintes objetivos: fazer um levantamento dos recursos humanos; identificar centros regionais de referência; promover a formação de professoras da rede integrada; estimular as redes federais; estaduais e municipais; propor criação de cursos na área de Tecnologia Assistiva; realizar ações com a finalidade de formar recursos humanos qualificados e propor estudos e pesquisas na área da tecnologia assistiva.

Algo que não é, geralmente, adequado de fazer-se, é colocar muita expectativa no recurso de tecnologia elegida para ser utilizada, visto que ela não mudará a condição do aluno. Mesmo utilizando um recurso de Tecnologia Assistiva, não pode-se garantir que esse recurso utilizado obterá sucesso. Segundo as atribuições do profissional do AEE, o papel deste serviço caso é de propor o recurso de Tecnologia Assistiva mais adequada para o aluno com deficiência, após realizar algumas observações e estudo de caso.



O objetivo destas observações é possibilitar que o aluno participe, se manifestando em sala de aula, de forma clara e objetiva. Permitir que o aluno tenha percepção de problemas a serem resolvidos, em relação a uma maior participação dele em aula e em desafios propostos aos demais pela escola. É importante conhecer os interesses do aluno, conhecer suas habilidades e dificuldades, sendo elas físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais.

No que diz respeito ao contexto, o professor responsável pelo AEE deve observar como se efetivam os recursos humanos na sala de aula. Além do mais, quais recursos o professor disponibiliza, se há acessibilidade na sala de aula e na articulação dos alunos e professor, se a equipe escolar possui conhecimento sobre acessibilidade<sup>5</sup> e de que forma se aplica esse conhecimento para promover a participação do aluno, e como ocorre a gestão do tempo dos profissionais para que hajam parcerias (AEE, Sala de aula comum, demais setores).

O professor responsável pelo AEE realiza observações com a finalidade de dar sugestões ao professor da sala comum. Indicando recursos de tecnologia assistiva, atentando o professor para o contexto escolar que o aluno está inserido e suas condições cognitivas e motoras, promovendo uma participação maior deste aluno na sala de aula. Apesar do professor do AEE realizar este trabalho, é importante que o professor da sala de aula comum tenha certa autonomia e persistência para trabalhar com seus alunos com deficiência, pois o papel do profissional do AEE é de orientar e auxiliar.

### **2.1.2.1 O Ensino de Espanhol**

A língua espanhola é um idioma de extrema importância a nível global, pois segundo Mello (2017, p.197) é considerada a segunda língua em termos de comunicação do comércio internacional.

No Brasil, os cursos de idiomas e também de licenciatura em língua espanhola passaram a ter visibilidade e uma maior oferta em universidades públicas e privadas, logo

---

<sup>5</sup> “A definição de acessibilidade está historicamente atrelada à visão da sociedade em relação às pessoas com deficiência. O conceito foi evoluindo durante o século XX, abarcando novas dimensões, fruto das reivindicações e pressões dos diversos grupos da sociedade preocupados com a garantia da inclusão social e direito à cidade a todos, sendo de fundamental importância a luta dos deficientes na conquista dos direitos atualmente contemplados.” (MORAIS, 2011.p.3)

depois de ter firmado-se o chamado Tratado de Assunção, no ano de 1991. Ele foi um contrato político-econômico selado entre os países que pertencem ao Mercado Comum do Sul. Nas palavras de Silva (2018, p. 236):

Em 1991, a partir do Tratado de Assunção, foi assinado um acordo político-econômico entre os países do Mercado Comum do Sul, mais conhecido como MERCOSUL, que fez surgir a primeira fase do boom dos cursos de língua espanhola no Brasil e, conseqüente, da ampliação do oferecimento dos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em língua espanhola, oferecidos por instituições públicas e privadas do Brasil.

Em consequência disso, a Lei 11.161/2005 art. 1º, foi aprovada com o objetivo de promover uma integração do Brasil com os demais países da América Latina. Pela primeira vez uma lei sancionou a inserção de uma língua estrangeira específica nos currículos escolares do Brasil (RODRIGUES, 2012). A seguir Brasil (2005, s.p.), Art. 1º O ensino da língua espanhola, de oferta obrigatória pela escola e de matrícula facultativa para o aluno, será implantado, gradativamente, nos currículos plenos do ensino médio.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) diz respeito à aprendizagem de Língua Estrangeira, pois possibilita ao aluno um discernimento mais amplo de como funciona a sua língua e a língua do outro. A aprendizagem de uma Língua Estrangeira vai além do processo de desenvolvimento competências e habilidades em outra língua. Podemos encontrar respaldo na seguinte citação:

A aprendizagem de Língua Estrangeira contribui para o processo educacional como um todo, indo muito além da aquisição de um conjunto de habilidades lingüísticas. Leva a uma nova percepção da natureza da linguagem, aumenta a compreensão de como a linguagem funciona e desenvolve maior consciência do funcionamento da própria língua materna. (PCN-EF, 1998, p. 37)

Tratando sobre o Ensino de Espanhol, é importante ter conhecimento sobre a terminologia relacionada aos métodos e abordagens para evitar possíveis equívocos. Quando refere-se a abordagem no ensino de espanhol, devemos utilizar o termo “enfoque”, pois segundo Barros & Costa (2010, p. 70) esta apresenta-se como a denominação mais adequada, como podemos visualizar nas subseqüentes palavras:

Inicialmente, conviene tener presente que el término portugués *abordagem* puede equipararse al significado que expresa el término *enfoque*, en español. Así, por ejemplo, a la *abordagem* construtivista le corresponde la expresión *enfoque* constructivista, y *abordagem* comunicativa puede traducirse por “*enfoque* comunicativo”.<sup>6</sup>

Enquanto que na Língua Portuguesa a palavra “*enfoque*” é considerada como *abordagem* do ponto de vista gráfico, podendo ser também sinônimo da palavra método, ao que se refere à língua espanhola, o conceito de *enfoque* está relacionado ao processo de ensino e aprendizagem de modo geral. Segundo o Dicionario de Términos Clave de ELE, *enfoque* pode ser definido como: “la concepción sobre la naturaleza de la lengua y su proceso de aprendizaje que subyace explícita o implícitamente a toda práctica didáctica. Un mismo *enfoque* puede desarrollarse en más de un tipo de programa.”<sup>7</sup>

O método de ensino de uma língua consiste na escolha, organização e mostra de itens linguísticos que serão trabalhados. Este conceito pode estar relacionado a didática no ensino de línguas, no que se refere a estratégias adequadas para que se possa ensinar bem uma língua. Para Leffa (1988, p.212):

O método tem uma abrangência mais restrita [do que a *abordagem*] e pode estar contido dentro de uma *abordagem*. Não trata dos pressupostos teóricos da aprendizagem de línguas, mas de normas de aplicação desses pressupostos. O método, por exemplo, pode envolver regras para a seleção, ordenação e apresentação dos itens linguísticos, bem como normas de avaliação para a elaboração de um determinado curso.

Em relação aos critérios estabelecidos para a produção de recursos didáticos no ensino de espanhol, Barros & Costa (2010, p. 86) acreditam que os recursos didáticos devem ter como objetivo facilitar o desenvolvimento linguístico dos alunos. De forma que a língua seja utilizada como instrumento de prática social, contribuindo para a construção de um pensamento crítico e ao mesmo tempo na formação cidadã dos alunos, como podemos observar a seguir:

---

<sup>6</sup> “Inicialmente, convém ter em mente que o termo Português *abordagem* pode ser igualado ao significado expresso pelo termo *enfoque*, em espanhol. Dessa forma, por exemplo, a *abordagem* construtivista corresponde à *abordagem* constructivista da expressão, e a *abordagem* comunicativa pode ser traduzida por “*enfoque* comunicativo”.

<sup>7</sup> Trata-se da concepção da natureza da linguagem e do seu processo de aprendizagem que se baseia explícita ou implícitamente em qualquer prática didática. A mesma *abordagem* pode ser desenvolvida em mais de um tipo de programa.

A questão com a qual nos defrontamos, portanto, é: quais podem ser os fundamentos teóricos e as pautas para preparar materiais que facilitem o desenvolvimento linguístico do aluno e ao mesmo tempo estimulem o pensamento crítico e contribuam para a formação do senso de cidadania e da autonomia intelectual? Espera-se motivar a reflexão do professor quanto a essa questão, focalizando os seguintes aspectos, dentre outros: a língua como prática social culturalmente relevante; a abordagem de temas que facultem não só o ensino/aprendizagem do idioma para a comunicação, mas também o posicionamento crítico perante assuntos da atualidade; o desenvolvimento de competências e habilidades linguísticas de maneira integrada e contextualizada; o ensino da leitura e da escrita na perspectiva do letramento e dos gêneros discursivos; o uso de textos autênticos; o respeito à diversidade linguística e cultural.

Os recursos didáticos para o ensino de espanhol, de uma forma geral devem promover ao aluno um contato com a língua, possibilitando aos alunos o conhecimento dos níveis linguísticos daquela língua, bem como atividades que permitam a prática e desenvolvimento das quatro habilidades. Barros & Costa (2010, p. 89), argumentam que:

De uma forma geral, os materiais de ELE que adotamos ou produzimos se compõem geralmente de amostras da língua, ou seja, de porções variadas de discursos orais ou escritos que objetivam colocar o aluno em contato com o idioma estudado e promover uma compreensão do funcionamento e do uso de tal idioma; de conceitualizações – informações e sistematizações dos conteúdos trabalhados (gramaticais, lexicais, culturais etc.); e de atividades diversas para a prática dos conteúdos e o desenvolvimento de habilidades (ler, ouvir, falar e escrever.).

Na Base Nacional Curricular Comum - BNCC atual (MEC, 2015), ainda é possível observar uma preferência pela oferta e ensino da língua inglesa, tornando optativo o ensino da língua espanhola, talvez como um reflexo em razão do ponto de vista político-econômico, algo que influencia diretamente nas políticas linguísticas.

Segundo Silva (2018), a Medida Provisória – MP nº 746/2016 (BRASIL, 2016), a qual instaura uma nova reformulação da composição curricular e da organização do Ensino Médio Nacional, aprovada pelo Congresso Nacional, em Lei 13415/17 (BRASIL, 2017), resultando na desconsideração das políticas educacionais que apresentam-se em vigência até o momento.

Sendo assim, a composição curricular e organização do Ensino Médio Nacional, fez com que componentes curriculares como a Língua Espanhola, fossem decretadas como línguas de caráter optativo na Base Nacional Curricular (MEC, 2014). A língua espanhola poderá ser ofertada, porém depende de uma série de fatores influenciadores, como: disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino. O art. 3º da

Lei de Reforma no Ensino Médio altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 35-A, § 4º a saber:

Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino. (BRASIL, 2017, s.p)

Outro fator que é importante destacar, é que a Lei de Reforma no Ensino Médio ( LEI 13415/2017), demonstra um desencontro em relação à pluralidade linguística, pois desvaloriza o ensino não somente da língua espanhola, como das demais línguas, já que o Brasil não é um país monolíngua, ademais de encontrar-se localizado em uma área onde há países cujo o idioma oficial é o espanhol. Nas palavras de Silva (2018, p.242), aprender a língua espanhola ou outra língua, deveria não apenas se restringir às questões financeiras, mas sim a questões de identidade, afetividade, cidadania entres outros.

Professores de Espanhol de Instituições de Educação Básica, Ensino Médio e Superior da rede pública uniram forças ao propor um movimento, pacífico que defende a obrigatoriedade do Espanhol na grade curricular brasileira. O chamado #FicaEspanhol, é um movimento que ocorre em forma de protesto e que de forma alguma se opõe ao Ensino do inglês, porém defende a escolha por parte da comunidade escolar de optar por aprender a língua com a que mais se identifica. O movimento tem ganhado visibilidade nas redes e também em espaços de discussão e reflexões. Este movimento funciona como uma resposta da comunidade escolar que se preocupa com um ensino de qualidade e democrático e que não pretende se curvar às leis, consideradas descabidas por eles, impostas pelo governo.

### **3 METODOLOGIA**

Este capítulo irá tratar acerca dos procedimentos metodológicos que foram realizados para desenvolver esta pesquisa. O tipo de pesquisa estabelecido foi a pesquisa de campo com caráter exploratório, a fim de expandir o conhecimento que já se tem sobre a discussão a respeito da produção de recursos didáticos para o ensino de espanhol.

Marconi & Lakatos (2003, p.186), nos ensinam que:

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

A pesquisa possui caráter exploratório, pois este tipo pesquisa esclarece conceitos e permite ao pesquisador examinar pesquisas similares à qual se pretende realizar, auxiliando na construção de um projeto final. Além de permitir que o pesquisador elabore uma hipótese, ampliando seu conhecimento em relação a um determinado ambiente.

Segundo, Marconi & Lakatos (2003, p.188), a pesquisa exploratória:

São investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos. Empregam-se geralmente procedimentos sistemáticos ou para a obtenção de observações empíricas ou para as análises de dados (ou ambas, simultaneamente).

O objetivo geral deste trabalho consiste em investigar se ocorre a produção de recursos didáticos acessíveis para o ensino de espanhol. Ao passo que para chegar a um resultado, teve como sujeitos da pesquisa, duas professoras de língua espanhola, bem como a professora responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), membros de uma escola municipal de ensino fundamental de Bagé-RS. Optou-se por realizar a pesquisa nesta escola, devido à oferta do espanhol, como disciplina de língua estrangeira. Para realizar as entrevistas, foi solicitada a autorização da escola, logo dos sujeitos da pesquisa bem como a diretora da escola que assinaram um termo de consentimento e carta de apresentação do projeto de pesquisa.

Os instrumentos designados para coletar os dados foram entrevistas semiestruturadas que foram gravadas, transcritas e analisadas. A escolha da entrevista como instrumento para coletar os dados ocorreu pelo fato de que ela soa como uma conversa entre o entrevistador e o entrevistado captando de maneira mais precisa o que o entrevistado tem a dizer. De acordo com Marconi & Lakatos (2003, p.195), a entrevista é:

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

Após a realização das entrevistas as transcrições foram analisadas por meio da análise do conteúdo, por ser um método mais específico e direcionado ao conteúdo em si.

Pois segundo Bardin (2016, p. 10), a Análise do Conteúdo:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Bardin (2016) divide sua obra em quatro partes: história e teoria (perspectiva histórica); ii) parte prática (análises de entrevistas, de comunicação de massa, de questões abertas e de testes); iii) métodos de análise (organização, codificação, categorização, inferência e informatização das análises) e iv) técnicas de análise (análise categorial, de avaliação, de enunciação, proposicional do discurso, de expressão e das relações).

Para tanto, após a análise, foi elaborado o presente relatório da pesquisa em formato de artigo científico. Pretende-se ainda socializar os resultados obtidos em eventos científicos e publicações. Sendo assim, a presente pesquisa foi realizada em cinco etapas:

**1ª. Etapa:** O primeiro passo consistiu em realizar um aprofundamento no referencial teórico no que se refere às seguintes temáticas: materiais didáticos, práticas pedagógicas inclusivas e ensino de espanhol.

**2ª. Etapa:** A seguir, realizou-se o planejamento e agendar uma visita a escola onde foi realizada a coleta dos dados e onde também foi solicitada a autorização para realização da pesquisa. Por fim, feitas as entrevistas.

**3ª. Etapa:** Esta etapa consistiu na transcrição e análise dos dados coletados.

**4ª. Etapa:** Por fim, a última etapa consistiu na construção do presente artigo científico resultante do relatório da pesquisa realizada. Posteriormente serão socializados os resultados da pesquisa.

O período destinado para a realização e conclusão desta pesquisa, foram o 1º e 2º semestres de 2018.

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

Nesta subseção pretende-se relatar, analisar, resgatar e discutir acerca de questões relacionadas aos conceitos de Inclusão e Integração; Produção de Recursos Didáticos Acessíveis; Trabalho Colaborativo e Estratégias de Aprendizagem. Partindo das entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados, realizados com duas professores de Línguas

Espanhola e com a professora responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), buscando responder os objetivos e trazendo os resultados desta pesquisa de campo desenvolvida.

#### 4.1 Inclusão versus Integração<sup>8</sup>

Esta categoria discute acerca da Inclusão versus Integração, termos que podem ser observados no discurso de uma das professoras de espanhol entrevistadas. Quando solicitada para que se identificasse, a professora A comenta sobre a situação a qual um de seus alunos está passando, pois ele esteve um tempo afastado da escola devido a problemas em seu meio de transporte. Nas palavras da (ENTREVISTAS, PROF A, 2018) “*Agora ele está retornando, só que ele está tendo que se adaptar de novo*”. Ela relata que o aluno está regressando às suas atividades normais na escola, então ela comenta: *ele precisa “se adaptar de novo”*. Esta expressão utilizada pela professora alegando que o aluno deve adaptar-se à escola e não contrário, foge à ideia que se tem de incluir o aluno e vai de encontro à integração do mesmo na escola, tendo o aluno, desta maneira que adaptar-se por si só novamente ao ambiente escolar. Um fato que não vai de encontro com a definição de Inclusão, proposta pelo documento (BRASIL, 1998, P.67) que define Inclusão da seguinte forma: “A inclusão na escola seria, então, o processo pelo qual ela se adapta, se transforma para poder inserir em suas classes regulares crianças e jovens portadores de deficiência que estão em busca de seu pleno desenvolvimento e exercício da cidadania.”.

Ainda neste breve comentário sobre a situação do aluno, a professora relatou o seguinte “*Quando ele veio sexta eu não tinha nada para fazer com ele porque eu não sabia se ele vinha ou não, então agora já tem que começar de novo, a preparar alguma coisa para esperar ele*”. Neste fragmento da entrevista a professora tem consciência de que deve preparar um determinado recurso didático para utilizar quando o aluno estiver presente, porque isso não acontece na aula quando ele retomou suas atividades na escola. Esta situação se encaixa em uma situação de também Integração, ou seja, o aluno está presente em sala de aula, porém deve esforçar-se para acompanhar os demais colegas e o que está acontecendo em sala de aula. Não é o que se espera quando nos referimos a uma Educação Inclusiva. Nas palavras de Sanchez e Teodoro (2006) a integração escolar:

Se configura como um “subsistema” da escola especial dentro da escola regular, já que os alunos com necessidades educacionais especiais e o professores que os acompanham trabalham em função de sua correspondência às exigências da educação formal, para alcançá-las.

---

<sup>8</sup> Esta categoria (Inclusão versus Integração) não estava prevista no início da pesquisa. Porém, o fato de ser um ponto que perpassa no discurso das entrevistadas, fez com que a autora adicionasse esta categoria.



A integração consiste na adaptação do aluno com deficiência a escola regular, não havendo qualquer tipo de flexibilidade que atenda às necessidades do aluno.

Quando questionada sobre produzir ou não, recursos didáticos para alunos com deficiência de sua sala de aula, a Professora A (ENTREVISTAS, PROF A, 2018) responde que produz e também costuma solicitar ajuda do profissional do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Quando questionada sobre o recurso didático ter algum enfoque em determinada habilidade, a professora respondeu: “*Sim, sim, sempre voltado a habilidade do aluno, então o aluno é muito visual, é muito de tocar. Tem outros alunos que têm outras habilidades então tem que sempre adequar. Então dependendo da turma às vezes tu tem três, quatro alunos com problemas diferentes, tu vai ter que ter três ou quatro materiais diferentes.*” (ENTREVISTAS, PROF A, 2018) A professora tem consciência de que é necessário adequar o recurso de acordo com a condição motora, por exemplo, do aluno. E que dependendo de quantidade de alunos com algum tipo de deficiência, todos necessitam de recursos para que possam incluir-se nas aulas de espanhol. Em seu discurso, a professora defende que devem ser utilizados recursos que atendam às necessidades dos alunos. Beyer (2006), afirma que:

A educação inclusiva exige uma nova maneira de pensar, pois sabemos que as crianças são diferentes entre si, cada um com sua maneira de pensar e aprender, tendo em vista que todos são especiais. Deste modo, faz-se necessário que o professor trabalhe de forma individual e não de maneira uniforme, isso significa uma individualização dos alvos, da didática e da avaliação, desenvolvendo atividades que o aluno possa demonstrar melhor o seu desempenho e não exigir algo que não esteja dentro de seus limites.

Enquanto que a professora C (ENTREVISTAS, PROF C, 2018) responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), no que se refere às questões de Inclusão e Integração, ressalta: *Então assim, a gente vem crescendo enquanto a todas essas conquistas né, porque antigamente né, as pessoas que tinham algum comprometimento que tinham alguma deficiência eram vistas como pessoas doentes, eram trancadas né, não erramos.., elas não participavam assim da sociedade. Hoje não né, então faz bem para elas essa interação, essa ampliação das relações interpessoais, estar na escola, conviver com outras crianças, estar na sala regular, isso é de extrema importância né.* A professora C (ENTREVISTAS, PROF C, 2018), traz para a discussão os avanços no que se refere ao ingresso de pessoas com deficiência no ensino regular, algo que está mudando com o tempo, já que atualmente o número de pessoas com alguma deficiência é mais significativo em salas de aula.

A professora C (ENTREVISTAS, PROF C, 2018), frisa frequentemente ao longo do seu discurso a importância do professor olhar para o AEE, como sendo um setor que oferece um suporte, ou seja, o professor também precisa ter uma certa autonomia, buscar, investigar etc. Nas palavras da (ENTREVISTAS, PROF C, 2018) responsável do AEE: *O professor do AEE, ele dá esse suporte, essa*

*orientação, mas o professor tem toda a autonomia, deve ter essa autonomia para realizar as atividades. Por exemplo, um aluno ele não, ele não pode aah, tá dando aula lá, para toda a turma né e aquele aluno que tem o comprometimento, por exemplo tem lá uma paralisia cerebral, vamos supor, o aluno não tá fazendo nada ou tá fazendo um quebra cabeça ou tá fazendo uma coisa que não tenha nada a ver com o conteúdo, né, porque isso não é inclusão.* É marcante no discurso da profissional do AEE, a questão da importância de haver a Inclusão na prática o que muitas vezes não ocorre, quando ela comenta: *Por exemplo, um aluno ele não, ele não pode aah, tá dando aula lá, para toda a turma né e aquele aluno que tem o comprometimento, por exemplo tem lá uma paralisia cerebral, vamos supor, o aluno não tá fazendo nada ou tá fazendo um quebra cabeça ou tá fazendo uma coisa que não tenha nada a ver com o conteúdo, né, porque isso não é inclusão.*

No seu discurso referente a questões relacionadas à Inclusão, a professora C profissional do AEE enfatiza que não há nenhuma fórmula pronta e específica para trabalhar com pessoas com deficiência. Nas palavras da professora do AEE: *Porque tem algumas pessoas que tem essa dificuldade: ah, mas eu não sei como trabalhar, não tem receita pronta (ENTREVISTAS, PROF. C, 2018).*

Ainda é frequente no discurso de alguns professores, que o fato de não terem uma forma padrão para trabalhar com alunos com deficiência, seja a justificativa para resistir a tentativa. Porém, sabe-se que, como enfatiza (ENTREVISTAS, PROF C, 2018), que não há uma fórmula, pois cada aluno possui suas dificuldades e potencialidades, cabe ao professor fazer o possível para atender às políticas que defendem a Educação Inclusiva, adaptações no currículo, recursos e uma educação para todos.

#### **4.1.2 Sobre a Produção de Recursos Didáticos Acessíveis**

Nesta categoria as professoras foram questionadas sobre a questão de produzirem ou não recurso didáticos acessíveis. Ambas professoras de Espanhol responderam que os produzem, seja sozinhas ou com alguma ajuda da professora responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A professora A (ENTREVISTAS, PROF A, 2018), quando questionada se produz recursos didáticos acessíveis para as aulas de espanhol respondeu o seguinte: *Então algum jogo da memória, uma coisa assim, a gente chegou a produzir também junto com a professora do AEE, quando a gente trabalhou as horas, ela fez um relógio tudo só que não chegou a ser usado, porque depois aqui ali sumiu né da escola.* Em seu discurso a professora A (entrevista, 2018) afirma que já produziu jogos e outros recursos, inclusive contando com a ajuda da professora responsável pelo AEE.

Quando questionada acerca da origem dos recursos, se são adquiridos ou produzidos, respondeu o seguinte: *meus geralmente eu produzo, e eu acho que com as outras professoras também. Geralmente tem, tem que produzir porque não vem material específico né para trabalhar, tem sempre que adaptar. Então ele é muito visual, é muito do toque, ele ... pegar as coisas né. Mais assim.*

Enquanto que a (ENTREVISTAS, PROF B, 2018), sobre a produção de recursos e suporte do AEE, respondeu *Não, eles são produzidos. Eu gosto de produzir.* “Pelo pessoal do AEE?” *Isso.* “E tu produz algum, ou tu deixa a cargo deles somente?” *Não, como eu gosto de interagir bastante com os alunos, eu produzo os meus assim sabe...* “Mas tu produz também?” *Sim.* “E que tipos assim de materiais, de recursos?” *Eu já trabalhei no caso advérbios, então para ficar fácil para eles eu já trouxe situações de dentro da sala de aula, para que ela, para que ela não pudesse entender.*

Já a (ENTREVISTAS, PROF C, 2018) responsável pelo AEE, quando questionada se o recursos didáticos acessíveis são produzidos com foco em alguma habilidade linguística, responder: *Isso, os recursos são produzidos dentro daquela área conforme o que for preciso né. Em língua portuguesa a professora vai estar trabalhando lá por exemplo, substantivo composto e simples vamos supor né, então a gente vai adequar algumas atividades, alguns jogos para que o aluno consiga entender aquele conceito através de um jogo também, porque às vezes somente o professor lá explicando o conteúdo, não, ele talvez não consiga compreender né.*

A seguir estão imagens registradas na aula de Espanhol, quando a professora A trabalhou com os elementos da cidade e direções. Nesta sala de aula havia um aluno com aluno com dificuldades de aprendizagem, o trabalho foi realizado em grupos.

Figura 01 – Maquete com elementos de uma cidade



Fonte: Autoras (2018)

Figura 02 – Maquete com elementos de uma cidade



Fonte: Autoras (2018)

As figuras acima são imagens de maquetes produzidas na aula de espanhol. As maquetes deveriam conter elementos da cidade, cujo o vocabulário foi aprendido pelos alunos na aula de espanhol. Estas maquetes foram confeccionadas em grupos com o objetivo de trabalhar com o vocabulário do elementos da cidade e também com as direções em espanhol. Nesta turma havia um aluno com dificuldades de aprendizagem, para este aluno esta atividade contribuiu pelo fato de que ele pode visualizar o conteúdo dado em sala de aula e ainda

trabalhar em grupo com seus colegas. Antes de realizar esta atividade a professora trabalhou com este aluno com dificuldades de aprendizagem sobre cada elemento da cidade, o ensinando não somente o vocabulário como dando uma descrição de cada um dos elementos juntamente com uma foto. Portanto, ocorre todo um planejamento antes de propor a atividade.

#### **4.1. 2. 1 Trabalho Colaborativo**

Nesta categoria há uma discussão acerca do trabalho colaborativo, que refere-se à produção de determinado recurso didático em conjunto, ou seja, entre o professor da sala de aula comum e o professor responsável pelo AEE, perpassa à todas as respostas, tanto das professoras de espanhol quanto da professora responsável pelo AEE.

O trabalho colaborativo que podemos definir como uma parceria entre o professor da sala de aula regular e o professor responsável pela Atendimento Educacional Especializado (AEE) é de grande importância. Facilitando a produção de recursos didáticos acessíveis atendendo não somente às necessidades de alunos com deficiência, como ao professor que recebe uma contribuição em seu trabalho pedagógico (MANZINI; DELIBERATO, 2004; REGANHAN; MANZINI, 2009).

A (ENTREVISTAS, PROF A, 2018), respondeu o seguinte relacionado a produção de recursos didáticos acessíveis e orientação do Atendimento Educacional Especializado: *sim, sempre tem que, a gente às vezes até produz sozinho mas sempre é bom ter alguém que dá um toque, uma orientação sobre o material, se tá bom, se tá adequado para, para o nível dele né, então sempre tem ajuda.* Então, a professora, comenta que independente de produzir o recurso sozinha, sempre pede alguma orientação para o profissional do AEE. Enquanto a (ENTREVISTAS, PROF B 2018) responde o seguinte: *quando eu vou passar na aula, e ai eu peço para o AEE: ah tu faz de tal maneira que isso aqui vai ajudar ela a entender. Ai eles fazem, a única coisa que eles produzem é alguns exercícios para fixação, alguma coisa assim para ela.* Então, a professora B conta que solicita ao AEE quando necessita alguma atividade de fixação de conteúdos.

Já a profissional do Atendimento Educacional Especializado, (ENTREVISTAS, PROF C, 2018), quando questionada acerca da demanda de recursos didáticos por parte dos professores de Espanhol; frequência com a qual eles solicitam alguma ajuda ou produção de recursos; como ocorre o processo de elaboração dos recursos; e por último se esses recursos são avaliados por alguém. A professora responsável pelo AEE, respondeu que *Os professores, todos os professores né são orientados né, independente de qual professor que seja, então assim professor de espanhol, de ciências, de língua portuguesa, de matemática, todos são orientados na forma de desenvolver o*

trabalho. Então, assim, como acontece? Os professores eles vêm aqui, eles precisam ter um elo permanente com o professor do AEE, né.

A (ENTREVISTAS, PROF C, 2018) explicou que na escola onde trabalha os professores têm reuniões bimestrais com o profissional do AEE, para decidir questões relacionados aos objetivos que os alunos com deficiência precisam alcançar. A professora respondeu o seguinte: *Mas aqui na escola funciona dessa maneira, então é um elo, uma parceria, em que os professores vêm até aqui e aí a gente vê os conteúdos, os objetivos, né e aí a gente traça. A gente vê dentro daquele trimestre, porque aqui na escola é por trimestre, dentro daquele trimestre ali quais são os objetivos que, segundo eles, os alunos conseguem aderir, entendeu? Então a gente vê o plano deles e ali juntamente a gente vê quais os objetivos, dentro destes objetivos amplos a gente elenca alguns para que os alunos consigam desenvolver essas habilidades e as suas potencialidades. (...) Então para todos os professores é isso, então a gente faz um planejamento né, se faz um plano aqui no AEE que a gente também tem e aí a gente registra esse diálogo, anota e dá uma cópia para o professor. (...) a gente também produz alguns materiais para eles, a gente dá todo esse suporte né, para o professor.*

Ao ser questionada sobre a frequência que os professores de Espanhol procuram o Atendimento Educacional Especializado, a (ENTREVISTAS, PROF C, 2018), respondeu *Então, bimestralmente eles sempre vem aqui quando troca de mestre, porque a gente tem que conversar e ver os objetivos novos para o outro trimestre. Mas fora isso, me procuram às vezes muito assim, em questão de prova, em questão de conteúdo. Eu também procuro muito, porque às vezes na correria do dia-a-dia tem alguns também que as vezes não te procuram né. Então tu tem que também..., que procurar né, eu vou nas salas de aula, eu pergunto se tá tudo bem, se tão precisando de alguma coisa né.*

Quando questionada sobre como ocorre a elaboração dos recursos, a (ENTREVISTAS, PROF C, 2018) respondeu o seguinte *Em relação a eles, eles são orientados né, então até aqui no computador eu tenho algumas pastas dos alunos que eu monto coisas. Então assim, é até por exemplo se tem algum professor que entra novo na escola, ele vai entrar, antes dele começar com a turma ou nos primeiros dias, eu chamo ele aqui né, cada aluno tem a sua pastinha, dentro do armário né e ali tem todo o histórico do aluno, tem o plano do AEE, tem os laudos né, quem tem diagnóstico já tem tudo ali, se não tem a gente tem algumas outras atividades no que eles fazem aqui no AEE. Então a gente apresenta essa pastinha para o professor, para o professor tomar conhecimento de como é o aluno né e a partir disso a gente procura sempre tá mostrando para eles que é possível fazer, que é possível fazer um trabalho.*

Em relação à questão da avaliação dos recursos a professora do AEE, comenta que confere os recursos para garantir que estão adequados e prontos para o manuseio. Nas palavras da professora

responsável pelo AEE: *Então tem que ter algumas coisas que precisam estar em sintonia com isso né, então a gente procura sempre avaliar por exemplo, uma criança que ainda não está alfabetizada ela tem que, o recurso por exemplo, se for lá em língua portuguesa por exemplo, trabalhar algum jogo tem que ser com letra palito não pode ser com letra cursiva, porque o aluno não domina ainda aquele tipo de letra, ele não vai entender aquela outra letra que ele não domina ainda. E além disso também eu mostro alguns exemplos de provas que eu tenho ali, de todo um trabalho que eu tenho, porque eu acho assim que se tu ficar só falando às vezes pode ficar muito vago, então acho que se tu mostra, já é um, é uma coisa mais prática um exemplo mais prático que as pessoas conseguem visualizar e entender mais ou menos como funciona.*

Por último, a professora faz menção ao papel do AEE, comentando sobre o auxílio oferecido ao professor caso não consiga lidar com o aluno com deficiência. Ela afirma que nestes casos são feitos testes com o aluno, a fim de identificar suas dificuldades e potencialidades. Portanto, fica evidente mais uma vez a questão do trabalho colaborativo entre o professor da sala de aula comum e o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

#### **4.1. 2. 1. 3 Estratégias de Aprendizagem**

Esta categoria discute acerca das Estratégias de Aprendizagem de Espanhol, utilizadas pelos professores para atender às necessidades de seus alunos com alguma deficiência. Dentre estratégias utilizadas pelos professores para o ensino de Espanhol, estão alguns serviços que são prestados para que os alunos possam aprender de acordo habilidades funcionais. Nesta categoria, também fica evidente a questão do trabalho colaborativo entre o professor da sala de aula regular e o professor responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), já que ambas as professoras de espanhol citam não somente recursos como também algumas estratégias para que os alunos consigam realizar suas tarefas e ter um melhor rendimento escolar quando suas necessidades são atendidas, sejam elas físicas ou cognitivas. Segundo Reganhan & Manzini (2009):

A adaptação de recursos e estratégias é relevante na educação, pois, pretende-se, com as adaptações, atender às necessidades educacionais do aluno com deficiência, o que possibilita um ensino que respeite as características individuais dos alunos, desenvolvendo seu potencial, sua interação, descoberta e compreensão do mundo.

A (ENTREVISTAS, PROF A, 2018), em relação à esta questão respondeu o seguinte *no outro sétimo tem uma menina com dificuldades de aprendizado, mas ela consegue fazer todas as atividades, só que tem que ser diferenciado alguma coisa, a gente diferencia para ela. Faz um pouco menos,*

*número de exercícios numa avaliação, sempre orienta, procura ler junto com ela para explicar como ela tem que fazer, ela faz, já não é tão avançado quanto ele né que precisa de um cuidado maior.* Ela comentou sobre como ocorre o procedimento com uma aluna que possui dificuldades de aprendizagem. A professora ainda estabelece uma comparação sobre as estratégias que utiliza no ensino de Espanhol de um aluno com paralisia cerebral, que são distintas. Enquanto que a (ENTREVISTAS, PROF B, 2018), mencionou quais estratégias utiliza com uma aluna que tem baixa visão, respondendo da seguinte forma: *Ela tem problema de visão, então os textos para ela, se eu for trabalhar com slide tem que ser no fundo diferenciado e se por acaso eu for dar alguma folha, a gente tem que fazer a ampliação da folha, do conteúdo, e aí depois passar para ela. Aí eu tenho que deixar o meu caderno uma semana antes aqui na escola para fazerem a ampliação do conteúdo, para fazerem direitinho para ela.* No discurso da professora B, é evidente que ela possui conhecimento de estratégias que auxiliam na aprendizagem de sua aluna com baixa visão, tais como a ampliação da fonte e contraste de slides.

Já referente a resposta da (ENTREVISTAS, PROF C, 2018), responsável pelo Atendimento Educacional Especializado, ela afirma que também faz uso de estratégias a favor da aprendizagem. A profissional do AEE, respondeu da seguinte maneira: *são meios que tu, por exemplo, orienta, uma professora já fez isso, ela estava trabalhando com o aluno e ela um joguinho só que ela fez todo com letra cursiva e eu disse não, tá ótimo teu jogo, porque eu acho que o elogio é importante né, motiva, mas assim a gente vai ter que trocar a letra e ela não me dei conta, e eu disse é, porque ele não domina essa letra aqui, então ele não vai entender.* A professora C, ao avaliar o jogo percebeu que o mesmo não poderia ser utilizado pelo aluno já que ele não estava familiarizado com a letra cursiva. Logo, a professora C, orientou a professora da sala de aula regular a corrigir o jogo, desta vez utilizando letra de forma a qual o aluno apresenta uma maior afinidade.

Pode-se dizer que todas, as professoras de Espanhol e a profissional do AEE, como já mencionado anteriormente tem consciência de que alguns alunos necessitam não somente de recursos como também serviços que favoreçam suas aprendizagens. No discurso das professoras de Espanhol e da professora responsável pelo AEE, é perceptível que há uma articulação entre elas para que haja uma preparação mais adequada de recursos e realização destes serviços.

## **5 CONCLUSÃO**

Esta pesquisa inicialmente tinha como objetivo geral: investigar o processo de produção de materiais didáticos acessíveis para as aulas de espanhol, e como objetivos específicos: identificar quais recursos são utilizados pelos professores para o ensino de

espanhol nos anos finais do ensino fundamental; verificar se dentre os recursos utilizados pelos professores existem recursos acessíveis; e por último, conhecer a origem dos recursos que o professor utiliza (adquiridos ou produzidos). Após realizar a análise das transcrições das entrevistas feitas com as duas professoras de língua Espanhola e a professora responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), pode-se concluir que ocorre a produção de recursos didáticos acessíveis para as aulas de Espanhol. As professoras que utilizam como recursos didáticos jogos de memória, confecção de relógio manual para trabalhar com as horas em espanhol, maquetes para trabalhar com elementos da cidade e direções e outros. No que se refere a origem destes recursos didáticos, as professoras afirmaram que os produzem porque alegam não encontrar materiais específicos para trabalhar em sala de aula.

As professoras entrevistadas afirmam que por vezes produzem os recursos didáticos acessíveis, baseando-se em orientações da professora responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE). A professora do AEE, auxilia os professores trimestralmente a elencar objetivos de acordo com as dificuldades e potencialidades de cada aluno com deficiência, ela também possui um acervo com recursos didáticos que mostra aos professores para mostrar que é possível produzi-los e ainda incentiva os professores não somente de Espanhol a produzir recursos didáticos acessíveis. Além de haver este trabalho colaborativo, entre a professora do AEE e as professoras de Espanhol, no que se refere às orientações, a professora responsável pelo AEE também produz algum recurso didático acessível quando solicitado com antecedência. No que se refere às estratégias de aprendizagem, nas turmas de espanhol há alunos com baixa visão, paralisia cerebral e dificuldades de aprendizagem. As professoras de Espanhol tem como parte do seu público-alvo, alunos com Deficiência Intelectual, Paralisia Cerebral e Baixa Visão, então ambas responderam que fazem ampliação de fonte e contraste em slides, diminuem exercícios em provas para que os estes possam realizá-las com mais calma. No que se refere ao aluno com Paralisia Cerebral trabalham por meio de jogos, atividades que ele possa manusear e também diminuem os conteúdos que devem ser trabalhados. Portanto, pode-se afirmar que nesta escola ocorre não a produção de recursos didáticos acessíveis por parte dos professores, como o trabalho colaborativo entre o professor da sala de aula comum e ainda um planejamento de objetivos que cada aluno conforme suas condições pode alcançar.



## Referências

ALENCAR, D. do N. F. de; ALVES, C. D. N.; SILVA, C. de O.; SANTOS, R. C. S.; CASTRO, P. A. de C. **Educação Inclusiva, Política Educacional e Direitos Humanos: Uma reflexão sobre a Legislação Brasileira.** In: CONEDU - Congresso Nacional da Educação, 3., 2016 . Recife PE . Anais... Centro de Convenções de Pernambuco (CECON-PE): III CONEDU - Congresso Nacional da Educação, Realize Eventos e Editora, 2016. p. 1 - 12.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016, p. 281.

BARROS, C. S. de; COSTA, E. G. de M. **Elaboração de materiais didáticos para o ensino de espanhol. In: \_\_\_\_\_ . Coleção Explorando o Ensino: Espanhol - Ensino Médio.** 16. vol. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. cap.05. p. 85 - 118.

BERSCH, R. 2013. **Recursos Pedagógicos Acessíveis: Tecnologia Assistiva (TA) e Processo de Avaliação nas escolas.** Disponível em: [http://www.assistiva.com.br/Recursos\\_Ped\\_Acessiveis\\_Avaliacao\\_ABR2013.pdf](http://www.assistiva.com.br/Recursos_Ped_Acessiveis_Avaliacao_ABR2013.pdf). Acesso em: 17 jun. de 2018.

BERSCH, R. 2017. **Introdução à Tecnologia Assistiva.** Disponível em : [http://www.assistiva.com.br/Introducao\\_Tecnologia\\_Assistiva.pdf](http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf) . Acesso em: 22 jun. de 2018.

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidade educacionais especiais.** 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil.** Lei nº 8.069, de 13 de jul. de 1990.

BRASIL. **Lei do Espanhol. Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20042006/2005/lei/111161.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/lei/111161.htm). Acesso em: 22 de jul. de 2017.

BRASIL. **Lei da Reforma do Ensino Médio. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20152018/2017/lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2017/lei/L13415.htm). Acesso em: 22 de jul. de 2017.

BRASIL. **Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Fundamental. Área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.** Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica/MEC, 1998.

BRASIL. **Ministério da Educação. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.** MEC; SEEP; 2008.

BRASIL. **Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** MEC; SEEP; 2008.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746 de 2016.** Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1494234](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1494234). Acesso em: 22 de jul. de 2017.

BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009.**

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 7.611, de 17 de nov. de 2011.**

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dez. de 1996.**

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. SEPLAN – Pr. CORDE. (1987) **Primeiro Plano de Ação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.** Brasília.

BRASIL. SDHPR - **Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência** - SNPD. 2012 Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/>. Acesso em: 6 maio 2018.

CERQUEIRA, J.B. e E. de M.B. FERREIRA (2000). **Os recursos didáticos na educação especial**. Revista Benjamin Constant, 1, 15. Em: <http://www.ibc.gov.br/?catid=4eitemid=57>. Acesso em: 15 de jun. de 2018.

**Diccionario de Términos Clave de ELE**. Disponível em: [http://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca\\_ele/diccio\\_ele/default.htm](http://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/diccio_ele/default.htm). Acesso em: 12 jul. 2018.

**Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, CORDE, 1994.

FERNÁNDEZ, G. E. **Entre enfoques y métodos: algunas relaciones (in) coherentes en la enseñanza de español lengua extranjera**. In: BARROS, C. S. de; COSTA, E. G. de M. (Orgs.). **Coleção Explorando o Ensino: Espanhol - Ensino Médio**. 16. vol. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. cap.04. p. 69 - 84.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2010.

GLAT, R. (Org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

GOMES, R. B. **O método direto para o ensino de inglês no Brasil: instituição e recepção**. Cadernos do Tempo Presente, n.23, mar./abr. 2016, p. 113-125.

LIMA, M. J. D. **A Formação do Professor de Língua Espanhola para a inclusão de alunos surdos**. 2016, 51 p. (Letras com Habilitação em Língua Espanhola) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande PB, 2016.

LEFFA, V. J. **Como produzir materiais para o ensino de Línguas. Produção de Materiais de Ensino: Teoria e Prática**. 2. ed. Pelotas: EDUCAT – Editora da Universidade Católica de Pelotas, 2007.

LEFFA, V. J. **Metodologia do ensino de línguas**. Em: BOHN, H. I.; VANDRESEN, P.

Tópicos em lingüística aplicada: O ensino de línguas estrangeiras. Florianópolis:Ed. UFSC, 1988, p. 211-236.

SANTOS, M. T. C. T. (1997) **Heterogeneidade como forma de cidadania: uma experiência da integração em rede pública**. In. MANTOAN, M. T. E. A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon/SENAC.

MANZINI, E. J.; DELIBERATO, D. **Portal de ajudas técnicas para a educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física - recursos para comunicação alternativa**. Brasília: Mec/Secretaria de Educação Especial, 2004. Fascículo 2, 52p. il. ISBN 85-86738-22-0.

MORAIS, F. A. de A. **A Importância da Acessibilidade na cidade**.2011.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB. 2015.

MEC. **Base curricular comum: Novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação**. E-curriculum, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1530-1555, out./dez. 2014.

MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

MELLO, F. C. de. **O ensino de espanhol: caminhos e perspectivas. Ensino de Espanhol no Brasil: Uma questão de Políticas Linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

MUSIS, C. R. de; CARVALHO, S. P. de. MELLO, F. C. de. **Representações sociais de professores acerca do aluno com deficiência: A prática educacional e o ideal do ajuste à normalidade**. Edu. Soc., Campinas, v. 31, n. 110, p. 201-217, jan-mar. 2010.

PAIVA, V. L. M. O. **História do material didático de língua inglesa no Brasil**. In: DIAS, R.; CRISTOVÃO, V. L. L. (Orgs.). O livro didático de língua estrangeira – múltiplas perspectivas, Campinas: Mercado de Letras, 2009, p. 17-56.

REGANHAN, W. G.; MANZINI, E. J. **Percepção de professores do ensino regular sobre recursos e estratégias para o ensino de alunos com deficiência**. Revista Educação Especial v.22, n.34, p. 127-138, maio/ago.2009.

ROSSETTO, E. **Formação do professor do atendimento educacional especializado: a Educação Especial em questão**. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 28, p. 103-116, jan./abr. 2015.

SANTOS, J. B. V. **A produção de materiais didáticos para o ensino de línguas no Brasil: propostas, objetivos e autoria**. 2015. 16f. Tese de Doutorado - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2015.

SILVA, M. V. da. **(Des)políticas linguísticas no Brasil: a reforma do ensino médio e a exclusão do ensino de língua espanhola na educação básica**. Revista Diálogos (RevDia), “Edição comemorativa pelo Qualis B2”, v. 6, n. 2, mai.-ago., 2018.

SOUZA, S.E. **O uso de recursos didáticos no ensino escolar**. Arq Mudi. 2007;11(Supl.2):110- 4. Disponível em : <http://www.dma.ufv.br/downloads/MAT%20103/2015-II/slides/Rec%20Didaticos%20-%20MAT%20103%20-%202015-II.pdf>. Acesso em: 11 de jun. 2018.